



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – BHU

ALASSAM BALDÉ

**O PAPEL DA JUVENTUDE GUINEENSE NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA
E NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE
DIREITO NA GUINÉ-BISSAU (1994 A 2022)**

**ACARAPE, CE
NOVEMBRO/2023**

ALASSAM BALDÉ

**O PAPEL DA JUVENTUDE GUINEENSE, NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E NO
PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
NA GUINÉ-BISSAU (1994 A 2022)**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

**ACARAPE, CE
NOVEMBRO /2023**

ALASSAM BALDÉ

O PAPEL DA JUVENTUDE GUINEENSE, NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA GUINÉ-BISSAU (1994 A 2022)

Trabalho de Conclusão do Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 29 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora Interno: Prof^a Dra. Janaína Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora Prof^a Dr. Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

LISTA DE SIGLAS

CGE – Campanha Global da educação;

CR – Constituição da República;

CUA – Comissão da União Africana;

GB – Guiné-Bissau;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

MR – Movimento Reajustador;

PAIGC – Partido africano da Independência da Guiné e Cabo Verde;

PR – Presidente da República;

UNICEF – Fundo das nações Unidas para a infância.

FMI – Fundo Monetária Internacional

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVAS	8
3. DELIMITAÇÃO DO TEMA/ PROBLEMATIZAÇÃO	10
4. OBJETIVOS	12
4.1 Objetivo geral	12
4.2 Objetivo específicos	12
5. HIPÓTESES	12
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
6.1. A INSTABILIDADE POLÍTICA APÓS A INDEPENDÊNCIA DE 1994 A 2009	13
6.2. O PROCESSO HISTÓRICO DA JUVENTUDE GUINEENSE E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU	17
6.3. JUVENTUDE E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUAIS LIÇÕES?	20
7. METODOLOGIA	24
8. REFERÊNCIAS	26

1. APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau foi uma ex-colônia portuguesa que se situa em África. Faz fronteiras com o Senegal na zona norte, sul e leste com a República da Guiné Conacri e Oeste com o Oceano Atlântico e possui um clima tropical. Geograficamente tem uma superfície terrestre de 36.125 km², conta com nove (9) regiões, incluindo o sector autónomo de Bissau (INE, 2009). A Guiné-Bissau conquistou sua independência no dia 24 de setembro de 1973.

A Guiné-Bissau como um país democrático não conseguiu consolidar uma democracia sólida baseado naquilo que era o objetivo da luta da libertação nacional: de garantir um desenvolvimento sustentável para toda a população pós-independência, entretanto, isso não foi caso, por razões econômicas e crise sociopolítica (fome e pobreza), que abalou o país depois da proclamação da independência em 1973. Entende-se que várias situações aconteceram no país, entre os quais: os conflitos político-militares, contradições políticas e partidárias (no caso de PAIGC), subornos e entre outros acontecimentos que provocou o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 (em que o João Bernardo Vieira “Nino” assumiu o poder, afastando o Luís Cabral do poder) e a guerra civil de 07 de junho de 1998¹.

Em meados da década 80 a 90 do século passado, foi o período em que houve a mudança do regime, designado de “transição democrático”, o país acaba deixando o regime autoritarismo (partido único) para aderir ao multipartidarismo (democracia). Ali, a Guiné-Bissau começou uma nova jornada política participativa, regida pela Constituição da República (CR) e posteriormente a descentralização dos poderes administrativos e do cenário político, para permitir que as outras formações políticas participassem no ato governativo. Com todas as situações de manter uma política equilibrada na altura, para dar respostas à crise que se verificava no país, porém, não foi caso se concretizar, por razões das contradições no seio das elites (desconfianças), entretanto, houve muitas perseguições e contradições políticas que resultou nos conflitos político-militares, assassinatos, instabilização e a crise institucional. Percebe-se que, a Guiné-Bissau vivenciou até à data presente a instabilidade política-militar e institucional, o que impossibilitou o seu desenvolvimento nos vários sectores sociais, por constante violações de direitos humanos, nomeadamente: espancamentos, raptos, assassinatos, golpes do Estado, enfim... que acabaria afetando diversos aparelhos do Estado (soberania), impedindo o avanço do país.

¹ A Guerra de 7 de junho de 1998, também é conhecida como guerra civil. Foi um conflito militar na Guiné-Bissau, desencadeado por um golpe de Estado contra o Presidente João Bernardo Nino Vieira, liderado pelo General de Brigada Ansumane Mané, que queria derrubar o presidente na altura e aí deu-se num conflito que durou quase 11 meses entre aliados do Ansumane Mané e do João Bernardo Nino Vieira.

Esta instabilidade governamental não ajudou no crescimento econômico, social, político e cultural do país e nem na consolidação de um Estado de Direito Democrático, todavia os dirigentes não priorizaram aquilo que era a ideia principal do Amílcar Lopes Cabral - o “desenvolvimento”, que era o programa maior após a independência.

Compreende-se que estes sucessivos problemas no país, impossibilitaram também a participação massiva dos jovens no cenário político guineense e que ainda impede o desenvolvimento da educação nacional para que os jovens possam usufruir de melhores ferramentas de aprendizado para ter uma visão crítica sobre a governação do país, e, também, nem ajudou na construção das infraestruturas internas que poderia empregar muitos jovens para se auto sustentarem suas vidas profissionais e conseqüentemente para darem suas contribuições no país.

O presente trabalho tem por objetivo compreender o papel da juventude guineense no exercício da cidadania e no processo da consolidação de um Estado democrático de Direito, isto é, analisando suas contribuições a partir da primeira eleição democrática na Guiné-Bissau em 1994 e até o período em que decorreu o último escrutínio presidencial em 2019 com alguns desdobramentos até 2022. O trabalho enquadra-se em compreender a contribuição da juventude guineense no exercício da cidadania, isto vai nos permitir analisar suas ações/participações no cenário político e social, e prestigiando os seus direitos e deveres consagrados na lei (Constituição da República). Nesta ótica, com a participação massiva da juventude guineense na mobilização, nos protestos, nas reflexões comunitárias e nos aparelhos do Estado, pode proporcionar uma visão e opinião diferente com os da velha geração, permitindo uma troca de saber e das experiências entre elas, na implementação de uma nova dinâmica no cenário político guineense.

Contudo, a juventude tem um papel fundamental não só na conscientização da sociedade sobre a importância da cidadania na vida da população, mas também na promoção dos valores democráticos na sociedade, pois, o Bobbio e Nogueira et al. (1986) aponta que o Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, mas também é necessário a subordinação das leis na base do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, por isso seria necessário entender os fenômenos que impossibilitaram o desenvolvimento do país.

2. JUSTIFICATIVAS

A escolha do tema se deu pelos motivos pessoais, pois me provocou algumas inquietações, sobretudo a contribuição da juventude guineense no processo de consolidação de um Estado de Direito Democrático. A primeira delas, é que, sinto-me motivado como jovem guineense que pretende dar a sua contribuição para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, visto que é necessário criar reflexões à volta desta temática que pode servir como um instrumento importante na conscientização da sociedade guineense. Visto que, não há política de incentivo pelo governo da Guiné-Bissau para mobilizar as populações, sobretudo aqueles que lutam diariamente na mobilização e na conscientização da sociedade guineense, contribuindo de forma direta ou indiretamente para o progresso do país.

Recorda-se que a Guiné-Bissau é um país democrático, aderiu este regime nos meados da década 80 a 90 do século passado, o sistema adotado para o país é o sistema semipresidencialista, entretanto, conforme a constituição da República da Guiné-Bissau (1996), o sistema semipresidencialista consiste na separação dos poderes dos órgãos da soberania (respeitar aquilo que está regida na lei magna do país). Quando se fala do Estado de Direito Democrático, percebe-se que o poder exercido pelo Estado é limitado pelas questões fundamentais que garantem o Direito das suas populações, permitir uma participação cívica munidos da liberdade, da segurança e das políticas públicas para toda a população, e, impedir abusos instrumentalizados contra os cidadãos, que de qualquer forma merecem ser protegidos, todavia o Estado confere os direitos fundamentais para haver a total autonomia e liberdade às suas populações perante suas atividades diárias na sustentabilidade das necessidades impostas.

Falando de um Estado de Direito Democrático é onde existe a separação dos poderes, nomeadamente: poder Executivo, Legislativo e judiciário, entretanto esses elementos são fundamentais para construção de um Estado de direito Democrático, caso contrário aparelhos administrativos-políticos estão respeitando aquilo que está regulamentado na lei. Seguindo os princípios democráticos, salienta-se, que o Estado da Guiné-Bissau não cumpre com seus deveres de garantir condições necessárias para população, entretanto já há mais de três décadas o Estado guineense não consegue consolidar, ou seja, criar uma política de seriedade para haver os cumprimentos das normas estabelecidas pela constituição da República. Compreende-se que até a data presente o Estado guineense não garante, a educação de qualidade, o emprego social, as infraestruturas hospitalares e urbanísticos para minimizar o sofrimento da população, na mesma senda, não garante uma segurança pública para evitar os constantes atos das violências contra a população, que nos últimos anos acaba sendo uma moda na sociedade guineense.

Este trabalho também pretende contribuir com a reflexão e possíveis debates acadêmicas, das entidades profissionais, dos investigadores sociais e também das organizações juvenis sobre os maiores problemas que assolam o país, como a falta da educação de qualidade, emprego social, insuficiência das infraestruturas hospitalares e urbanísticos, a segurança pública para toda população e ainda para que haja a liberdade e a igualdade em todo o território nacional. Entende-se que os jovens têm um papel importantíssimo na mudança de comportamento de um país, por meio de várias ações comunitárias para ajudar no processo da conscientização e na construção de um Estado de Direito. Observa-se nos últimos tempos a maior forma dos jovens guineense ter uma vida equilibrada é de sair do país (emigração) para outro país na busca de melhor condição de vida, não importa das consequências futuras, porque o Estado guineense não cria infraestruturas necessárias para que elas possam beneficiar e manter sua permanência no país. Todavia, a expectativa do nível de vida da população, principalmente jovens, torna-se cada vez mais baixa.

Neste contexto, o Estado deve cumprir com as suas obrigações, porque tem um papel fundamental não só na regulamentação das atividades sociais, mas também na promoção dos valores sociais para preservar a identidade nacional, por isso tem que investir seriamente nos sectores sociais.

Espera-se ter uma contribuição positiva para a sociedade, para servir como um suporte da reflexão para esfera social e política guineense, demonstrando os princípios de Direito democrático e da cidadania, isto é, para que o Estado permita o exercício da cidadania ativa no país, para exercer as principais ações que garantem os seus direitos, para não haver impedimentos de manifestações, de liberdade de expressão, da igualdade e nem da instrumentalização política.

3. DELIMITAÇÃO DO TEMA/ PROBLEMATIZAÇÃO

O estudo delimita-se de 1994 a 2022, como horizonte temporal deste trabalho, porque foi um período em que houve a transição democrática nos anos 80 a 90 do século passado. No entanto, a primeira eleição na Guiné-Bissau foi realizada de forma democrática em 1994, o que permitiu que os candidatos e partidos políticos participassem de forma livre. E, para o ano 2022, depois das eleições presidenciais em 2019, na qual o Umaro Sissoco Embaló foi eleito como Presidente da República da Guiné-Bissau e a situação instável no país tem arrastado até 2022, na qual escolhemos como recorte temporal.

Percebe-se que ao longo desse período há vários acontecimentos político-partidários que nortearam o país, que não se permitiu o engajamento massivo da camada juvenil no cenário político da Guiné-Bissau, porque o sistema de liderança adotada, não permite que o jovem exerça sua autonomia política, todavia o poder fica centralizada numa pessoa ou grupo das pessoas inseridos dentro do sistema político, adotando uma liderança autocrática em que todo o poder fica centralizada numa pessoa, e por sua vez os jovens são destinadas a colar cartazes, fazer publicidades nas redes sociais como ativistas e sobretudo foram colocados numa situação subalterna.

Segundo Machado, “[...] o jovem representa o principal fator para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, cabe aos agentes públicos e privados proporcionar possibilidades de participação e construção de autonomia no fortalecimento do papel estratégico da juventude [...]” (MACHADO, 2016, p. 228). Pois, para que haja uma mudança efetiva no país é necessário a participação da juventude no processo da transformação do sistema governamental e cenário político guineense, permitir que haja uma governação inclusiva para garantir a unidade nacional e instrumentalizá-las sobre a praticidade da cidadania como instrumento fundamental para consolidar o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nesta ótica, o Lopes (2012, p. 117), aponta que “[...] a cidadania é o melhor meio de promover o desenvolvimento sustentável, a democracia social e estabilidade política”, por tanto, para ter uma cidadania ativa na Guiné-Bissau é importante que os jovens participassem no processo, exercendo com zelo os princípios democráticos para proporcionar a unidade nacional e exigindo do Estado o cumprimento das suas obrigações e evitar as instrumentalizações políticas, pois, assim seria necessário a mudança de paradigma no aparelho governativo guineense.

Para cumprimento dos objetivos traçados neste trabalho, será necessário levantar algumas questões básicas sobre a missão da juventude guineense, como sendo uma parte da população da Guiné-Bissau, avaliando os seus empenhos através das ações políticas e no

processo da consolidação de um Estado democrático de Direito, como instrumento para concretização dos objetivos. De que maneira podemos compreender o papel da juventude guineense, no exercício da cidadania e suas contribuições no processo de consolidação ou não de um Estado Democrático de Direito na Guiné-Bissau (1994 a 2022)?

Todavia, para uma mudança efetiva no país é necessário que o Estado crie as políticas nas áreas sociais para que os cidadãos possam usufruir das ferramentas qualificáveis nas suas vidas profissionais e sociais e adotar uma liderança inclusiva para permitir reforma nos sectores públicos, pois, questiona-se: como os jovens guineenses podem contribuir no processo da consolidação de um Estado de direito democrático na Guiné-Bissau, com atual cenário político que acaba destruindo toda a esfera social? Com a instabilidade e a falta de política de incentivo para que os jovens possam materializar seus desejos profissionais. A volta disso é necessário questionar: o porquê que os jovens exigem a sua inclusão/participação no sistema governativo na Guiné-Bissau? Todavia, o aparelho chaves-administrativo não é prioritário para camada jovem, entretanto, torna-se necessário uma reflexão sobre isso.

Sabemos que desde ou pós-independência acontecem muitas situações de violação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, não permitindo que o cidadão tenha um olhar crítico sobre a situação que o país atravessa. Portanto, como podemos avaliar a contribuição do jovem no processo da mudança e consolidação de um Estado democrático de direito diante do cenário da insegurança no país?

Nos últimos anos a tensão política aumentou na sociedade guineense, afetando quase toda a esfera social, nomeadamente: comunidade religiosa, étnica, política, organizações juvenis e a sociedade civil, em geral. Estas situações criaram-se roturas e a falta da confiança entre a população, porque: “*o fulano pertence o partido A e o Beltrano pertence ao partido B*”, entretanto essa divisão política não está ajudando na consolidação de um Estado de direito e na convivência das populações por razões políticas. Por tanto, como se dá a participação da juventude nos espaços de concertação e da tomada de decisão na esfera política guineense?

Qual é o engajamento da sociedade civil com o Estado da Guiné-Bissau, observando essas divisões políticas na nossa sociedade? A população guineense está sendo vítima dos jogos político-partidários, que dividiu a esfera social pelas promessas não cumpridas nas campanhas eleitorais, utilizando bens monetária no momento da eleição para serem eleitas! Entretanto, qual deve ser a missão/papel da juventude na conscientização da comunidade guineense face à divisão social?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

- Compreender o papel da juventude guineense, no exercício da cidadania e no processo de consolidação ou não de um Estado democrático de direito na Guiné-Bissau (1994 a 2022).

4.2 Objetivo específicos

- Entender o processo político-histórico da Juventude guineense e suas contribuições na abertura democrático da Guiné-Bissau;
- Analisar a participação da juventude nos espaços de concertação e da tomada de decisão na esfera política guineense;
- Entender os desafios da juventude guineense face à militância nos partidos políticos da Guiné-Bissau como forma de inserção na estrutura governamental.

5. HIPÓTESES

H¹- Os jovens não tiverem oportunidade de participar na vida política depois de abertura política e consequentemente papel ou não na consolidação do Estado democrático de direito na Guiné-Bissau.

H²- Com ausência dos jovens nos espaços de concertação e da tomada de decisão na esfera política guineense, dificultaria ter uma democracia equitativa na Guiné-Bissau.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nossa fundamentação teórica trata das principais contribuições da juventude guineense e suas missões na conscientização da sociedade e no processo da consolidação de um Estado democrático de direito, dialogando com os autores ligados à área literária para nos permitir extrair informações ligadas ao nosso objeto de investigação, entretanto, o trabalho fundamenta-se também a situação histórica, sociocultural, econômica e educacional da Guiné-Bissau. Para se enquadrar melhor a este trabalho, vai ser desenvolvida os seguintes tópicos que vai nortear as nossas seções: a instabilidade política após a independência de 1994 a 2009; o processo histórico da juventude guineense e suas contribuições no processo da democratização na Guiné-Bissau e a juventude no Estado Democrático de Direito: quais lições?

6.1. A INSTABILIDADE POLÍTICA APÓS A INDEPENDÊNCIA DE 1994 A 2009

Após a independência, a Guiné-Bissau vivenciou até a data presente a instabilidade política e governativa, no qual nenhum governo legítimo consegue terminar seu mandato no prazo estipulado no artigo 79º da constituição da república da Guiné-Bissau², que ressalta que cada legislatura tem a duração de quatro anos, e, também em seis (6) presidentes das repúblicas eleitos democraticamente (na urna), o quinto Presidente, José Mário Vaz conseguiu concluir o seu mandato num período de 5 (cinco) anos, diferente dos seus antecessores que foram interrompidos pelos golpes de Estado, assassinatos e outras situações de saúde, no caso de Malam Bacai Sanhá que faleceu devido a uma doença no estrangeiro em 2012, e, o sexto Presidente (Umaro Sissocó Embaló) está em plena função (de 27 de fevereiro de 2020 a 2025).

Percebe-se que o “período pós-independência foi marcado pela ascensão de uma elite política e pela normatização de um poder elitista resultado de alienação através de um poder político exclusivista” (CANDÉ e TÉ, 2020, p. 218). Por tanto, depois da proclamação do Estado guineense em 1973, na voz do João Bernardo Nino Vieira, o Luís Almeida Cabral foi indicado para conduzir o país, entretanto, é um período gerada por grandes crises a nível mundial (causada pela 2ª guerra mundial), que afetou os países menos desenvolvidos, e a Guiné-Bissau não ficou de fora, afetando assim a sua economia e a sociedade em geral (fome, pobreza e tudo mais). O país procurava dar respostas às crises que se viviam após a luta de libertação nacional, porém, o “fator a salientar é a inflexibilidade do PAIGC (**Partido africano da independência**

² Pode-se consultar a constituição da Guiné-Bissau no seu capítulo IV do artigo 79º, disponível aqui: <file:///C:/Users/Alassam/Desktop/A/B/A/Aulas%20na%20UNILAB/4%C2%BA%20Semestre/TCC%20II%20REFERENCIAS/Juventude/Guin%C3%A9-Bissau/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Guin%C3%A9-Bissau.pdf>

da Guiné e Cabo Verde) em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, alguns, inclusive, condenados por crime de traição à pátria” (SEMEDO, 2011, p. 98, grifo nosso).

A situação, naquela altura (1973 a 1980), não era nada favorável, porque foram priorizadas nos aparelhos de Estados os que participaram na luta de libertação, mesmo não tendo preparação para tal, afastando os que tinham preparação por alegada não participação na luta armada e desconfiança de traição à pátria. Depois da independência, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como maior força política guineense, que controlava o aparelho do Estado, no qual são considerados o Partido-Estado, porque conduziu a luta armada e libertou a Guiné-Bissau do jugo colonial e controlava o país a mais de uma década, entretanto,

após a conquista da independência política em **1973**, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o PAIGC, partido que conduziu vitoriosamente a luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nunca tivesse inscrito no seu Programa, como fizeram os seus "companheiros" de luta de Angola e Moçambique, a construção do socialismo científico como uma meta a atingir (CARDOSO, 1995, p. 260, grifo nosso).

Independentemente da construção do socialismo científico no país, mas pelo visto, o PAIGC como partido Estado não conseguiu elaborar uma política da democracia sustentável e liberal, para permitir a descentralização dos poderes administrativos na altura. Portanto, o Semedo enfatiza que “o período em que o PAIGC teve de organizar uma administração pública e órgãos de exercício do poder político originou um conjunto de contradições; primeiro entre guineenses e cabo-verdianos e, depois de 1980, entre os próprios guineenses” (SEMEDO, 2021, p. 06). Entretanto, as contradições resultam-se da queda, ou seja, da ruptura do projeto binacional (Guiné e Cabo Verde) pensada pelo Amílcar Cabral, todavia, estas contradições permaneceram até dias de hoje, em que nenhuma formação política consegue proporcionar uma unidade interna no ato governativa, e, esta mesma contradição que levou nas perdas de vidas de muitos quadros e figuras públicas guineenses e conseqüentemente a instabilidade no país. Para o Ossagô,

[...] é preciso salientar que o nascimento do Estado na Guiné-Bissau se deu por meio de um processo revolucionário com a criação do PAIGC e por alguns outros acontecimentos que marcaram o país após a independência em 1973; são eles: a democratização, a guerra civil denominada de conflito militar de junho de 1998 e as rupturas que se seguiram até o momento da última eleição em 2014, o que, de certa forma, impactou diretamente na construção, formulação e afirmação da sua política externa (OSSAGO, 2016, p. 23).

A citação anterior demonstra a missão do PAIGC no processo da luta de libertação e os acontecimentos que nortearam o país, depois da independência, isto é, as crises e as instabilidades políticas que assolou o país, que resulta no golpe do Estado de 1980, no qual o movimento reajustador (MR)³ liderado por João Bernardo Nino Vieira, acabaram por assumir o poder/país afastando o Luís Almeida Cabral, alegando que os cabo-verdianos ocuparem funções administrativa em Guiné-Bissau e os guineenses não ocuparam o mesmo em Cabo Verde e, na mesma senda, houve muita desconfiança e contradições dos altos dirigentes do PAIGC que acharam que a dominação dos poderes da soberania pelos cabo-verdianos é uma outra forma da dominação (colonização), afirmou o Semedo (2021).

O golpe de Estado de 1980 acaba rompendo a ideologia do Cabral e a união entre guineenses e os cabo-verdianos (projeto binacional). Entretanto, tudo que era o objetivo fundamental da luta e a efetivação do desenvolvimento almejada por toda a população guineense, foi alterada e marcada pelas contradições políticas que acabaram substituindo aquilo que era o objetivo da luta pós-independência (desenvolvimento). Após golpe de 1980, o país passa ser liderado pelo João Bernardo Nino Vieira, membro e alto dirigente do PAIGC, no qual tinha muitas dificuldades de conduzir o país, pois, em 1983, a autoridade da Guiné-Bissau inicia contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista ao estabelecimento de um programa de estabilização econômica e financeira, para dar respostas às crises sociais no país, sublinhou o Ossagô (2016). Contudo, não seja suficiente para estabilizar o regime e o sistema na altura, por constantes contradições políticas (houve uma oposição e grupos das pessoas que não concordavam com a ideologia do presidente). Segundo o Cardoso (1995, p. 272),

os erros cometidos pela governação do PAIGC não podem ser imputados a todos os seus militantes. Devido às relações de poder estabelecidas no seio do aparelho, dentre estes há os que nunca chegaram a ter alguma influência política. Mas, por outro lado, foi essencialmente no seio da classe burocrática do Estado que nasceu um grupo de pessoas "descontentes" com o regime e que vai constituir, do ponto de vista estrutural, o núcleo duro da oposição e, quanto a nós, a oposição que o PAIGC mais deve temer. São essencialmente formados por uma ala da Carta dos 121, tendo-se mais tarde, em outubro de 1992, legalizado como PRD (Partido para renovação e desenvolvimento). Para

³ Movimento Reajustador, foi o movimento que conduziu o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, liderado por João Bernardo Nino Vieira, que não queria que a nova constituição da República entrasse em vigor. E aí, o país passou a ser liderada pelo conselho da revolução. Mais detalhes, consulta o Semedo (2021), disponível em: <file:///C:/Users/Alassam/Desktop/A/B/A/Aulas%20na%20UNILAB/TCC%20II%20REFERENCIAS/PAIGC%20Rui%20Jorge%20Semedo.pdf>

além deste núcleo forte há os que consideramos os novos atores sociais, ou a nova classe política constituída por um sector da pequena burguesia urbana, quadros técnicos e assalariados empobrecidos (CARDOSO, 1995, p.272).

Todavia, as contradições resultam no desaparecimento de muitas figuras e considerados intelectuais, na altura, foram fuzilados os grandes oficiais da força armada, conhecido como o caso de 17 de outubro de 1985.

O estilo da liderança adotada na altura, não permita que haja uma liberdade da expressão e nem da promoção dos valores políticos e participativo pelo os que estavam preparados (qualificação) para se trabalharam nos aparelhos administrativas do país e no partido, todavia houve contradições políticas ou das ideias opositores no partido, porque o sistema autoritarismo reinava em todo o território nacional e principalmente no interior do PAIGC. Portanto, com a forte oposição e contradições, resultam a mudar-se-á para o regime democrático em 1991 (com a criação de vários partidos políticos) e a realização da primeira eleição geral em 1994. Depois do golpe de Estado de 1980, os dirigentes não conseguiram evitar os futuros conflitos políticos e armadas, depois da abertura democrática em 1991, no qual se registra no país as constantes instabilidades, perseguições, contradições políticas, raptos, espancamentos e assassinatos dos altos dirigentes do país. Todavia, no período de 1994 em diante, vive-se séries de problemas sociais e político-militares marcadas pelas desconfianças e perseguições políticas, que resultaram nos golpes de Estados e consequentemente a guerra civil de 1998 (conhecido como “07 de junho de 1998”). O conflito provoca problemas institucionais depois da guerra, no qual o,

[...] período entre 2002 e 2003 o país chegou a conhecer quatro primeiros-ministros do governo, cargo que era ‘naturalmente’ ocupado pelos políticos de etnia ‘Balanta’ e, por outro lado, ficou marcado o momento pela contundência da crise econômica e social, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições, pela negligência das autoridades, pelo desrespeito pela Constituição e pela crise entre a Presidência e os órgãos da Justiça e a Assembleia Nacional (SÁ, 2010, p. 34).

As instabilidades políticas e institucionais na Guiné-Bissau permanecem até dias atuais, marcadas pelos constantes problemas geopolíticos, no qual os órgãos da soberania (prematura e a presidências da República) tiveram dificuldades de se manter uma relação institucionais, sempre haja contradição no seio dos políticos guineenses, exercendo função sem terem agenda da população, todavia, cada um pensa em enriquecer e apropriar dos bens do Estado, em vez de trabalhar para o povo.

Em primeiro de março de 2009, Tagme Na Waie, Chefe de estado maior general das forças armadas, e antigo rival político de Nino Vieira, foi morto num atentado a bomba no próprio quartel do estado maior, alguns militares que eram próximo a ele suspeitaram, embora sem provas, que o presidente Vieira estivesse envolvido, atacaram a residência dele na manhã seguinte, em 2 de março de 2009, na oportunidade o mataram (SÁ, 2010, p.39).

O golpe e assassinato de dois altos figuras do país, podemos considerar é um período marcante e “*medonho*” na história dos golpes e assassinatos das figuras públicas guineenses. Este golpe resulta-se dos problemas internos no PAIGC e conseqüentemente das contradições e perseguição política, marcada no passado histórico.

6.2.O PROCESSO HISTÓRICO DA JUVENTUDE GUINEENSE E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

É importante conhecer o processo histórico da juventude guineense, e, sobretudo, das suas contribuições na abertura democrática (1994). Visto que, antes da independência, os jovens reafirmaram sua missão de lutar contra o colonialismo, a fim de libertar a Guiné-Bissau do jugo colonial e, protagonizaram uma revolução positiva no país, entretanto, de acordo com o Gomes (2023), os jovens estavam integrados e determinados a lutar pelo seu povo e no processo da mudança, no qual, o braço armado do povo estava sob auspícios de jovens. Na mesma senda, enfatiza que, mais tarde, depois da independência em 1973, o espaço para esses jovens vem se estreitando ao ponto de se deslocar para a periferia do sistema político governamental. Portanto, reafirma-se que o estreitamento dos jovens no sistema político guineense, é originado pelas constantes contradições político-partidárias e, sobretudo, pela falta da confiança dos líderes e a instabilidade no país.

Segundo Barros (2011), a primeira eleição democrática em 1994 teve implicações profundas nas estruturas da socialização juvenil, no qual reafirmaram suas ações em inverter o cenário político, todavia, os jovens não são vistos como protagonistas da produção econômica, social, política e cultural no país. Na mesma senda,

[...] as ações do governo concentraram-se mais em estancar os conflitos laborais para não perder a popularidade e o poder, ficando os jovens sujeitos a grandes dificuldades na transição para a independência econômica e conseqüentemente para a vida adulta, não sendo capazes de atingir as expectativas pré-estabelecidas pela sociedade, tal como casar-se e constituir sua própria família (BARROS, 2011, p. 09).

Pode-se compreender que a luta da camada juvenil no país, se dá pela participação ativa do processo de mudança e da promoção dos valores democráticos no que se refere a questão social: protestos, encontros de reflexões, elaboração de pautas estratégicos do desenvolvimento comunitária, promovendo ações de consciencialização da sociedade, mesmo assim, o Estado guineense não lhes deem atenção de criar políticas de incentivos para os jovens que não tenha a condição econômica de se manter a sua vida equilibrada, entretanto, muita das vezes os protagonismos financeiros de assumir as despesas desses jovens, são as famílias, carenciadas, no qual a base do sustento são as vendas informais que as mães dedicam para sustentá-los. Entretanto,

as evidências da ação juvenil na Guiné-Bissau remetem à negação da imaturidade e exclusão. Os sujeitos juvenis guineenses afirmam estar à altura da participação política e da responsabilidade social. A condição de ator social desses jovens expressa-se além dos espaços privados e atinge a esfera pública. Na Guiné-Bissau, as juventudes reivindicam o reconhecimento e a consideração da sua condição social e a sua capacidade de contribuir na democratização e não só, mas também na institucionalização do Estado com vistas ao desenvolvimento do país (GOMES, 2023, p. 92).

Já há muito tempo, a camada juvenil está reivindicando a integração no sistema governativo guineense, através das suas jornadas de reflexões, ações comunitárias e as políticas de agenda comum. Percebe-se que a mobilização da camada juvenil guineense se dá pelas ações sem fins lucrativos, exigindo do Estado a melhoria das infraestruturas públicas em benefício da população.

Segundo Oliveira e Pimenta et al. (2023), realça que as juventudes são apontadas em sociedade como inexperientes, no qual os jovens carecem da atenção e rigidez do Estado para manter uma vida saudável e participativa no desenvolvimento do seu país. Pelo visto, o Estado da Guiné-Bissau não proporciona um sistema viável para preservar as qualidades dos jovens que pretendem contribuir para o bem da sociedade guineense, geralmente, se caracterizam por falta de maturidade política, sobre qual, a hierarquização dos diferentes níveis da soberania impõe os jovens na situação subalterno, no qual são caracterizadas por falta da experiência para trabalhar nos lugares públicos, e outros adjetivos que são dadas. Portanto, relativamente aquilo que é regulamentada no artigo XI e conjugada com alínea “a” da carta africana da juventude, realça que “todos os jovens têm o direito de participar em todas as esferas da sociedade [...] e o Estado deve garantir a participação dos jovens no Parlamento e noutros órgãos de decisão [...]” (CUA, 2006, p. 17). Portanto, já há muito tempo a sociedade em geral questiona-se a falta da representatividade da Juventude nos órgãos da soberania nacional.

A inferiorização da juventude gera muito debate na esfera social guineense, porque nenhuma formação política na Guiné-Bissau, consegue-se priorizar os jovens na lista para se eleger como deputado da nação ou ocupar uma função de elite, porém, as priorizações são destinadas à elite e os mais caducos no processo político guineense. Muitos líderes de algumas organizações juvenis, apontam que a esquematização demonstra que os jovens são majoritários da população guineense, portanto, merecem uma atenção especial nos aparelhos administrativos, para poderem dar suas contribuições, em que muitas vezes alegam que estão preparados para assumir as funções públicas no país. Com isso, o Pimenta aponta que,

muitas vezes os jovens são vistos como subversivos justamente por contestarem as tentativas de controle das instituições e pessoas que se veem hierarquicamente superiores, por julgarem que já superaram essa fase da vida, logo, mais experientes, sensatos, maduros e capazes de escolher (OLIVEIRA e PIMENTA, et al, 2023, p.88).

Vale salientar que as lutas da juventude guineense são motivadas pelas constantes instabilidades governativas no país, no qual muitos partidos não priorizam os jovens na esfera de decisão interna do partido e nem, se quer, nos órgãos da soberania. De acordo com aquilo que está documentada na carta da juventude africana no seu artigo 7 (sete), aponta que, “nenhum jovem pode ser submetido a uma ingerência arbitrária ou ilegal da sua privacidade, da sua residência ou algo correspondente a qualquer atentado à sua honra, ou à sua reputação” (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p. 15). Entretanto, percebe-se que o Estado da Guiné-Bissau, como sendo o país membro da União Africana, não proporciona uma política em conformidade daquilo que foi acordado nesta carta, todavia, os jovens sofreram muitos ataques e chantagens na sua vida política, muitas das vezes sofrem espancamentos, violação física e moral, discriminação e, sobretudo, foram impedidos de exercer os seus direitos e liberdade de expressar livremente quando sentirem ameaçados ou injustiçados. Portanto,

o caso da Guiné-Bissau, ao lado de uma pouco desenvolvida estratificação assente na propriedade dos meios de produção, há uma diferenciação dos cidadãos que se fundamenta na capacidade de influenciar as decisões políticas, na detenção de um capital social e/ou de conhecimento, de educação /formação, de prestígio e de status. Por outro lado, embora os que detêm os meios de produção tendam a ser os mais ricos e a exercer maior influência nas tomadas de decisão, não é obrigatório que, em última análise, constituam a elite de poder (CARDOSO, 2002, p.03).

A ausência de uma participação inclusiva da classe social, sobretudo, não se leva no centro de atenção à população no ato governativo. O Estado como protagonista de manter e criar políticas públicas viáveis para atender as necessidades das suas populações.

6.3. JUVENTUDE E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUAIS LIÇÕES?

Em conformidade com aquilo que foi documentado na carta africana da juventude, na qual a juventude é compreendida na faixa etária de 15 a 35 anos de idade. Isto permite que os jovens tenham uma missão nobre de compreender a sua responsabilidade numa mudança de paradigma na sociedade contemporânea. Através disso, o objetivo da carta africana da juventude,

[...] consiste em garantir o envolvimento construtivo da Juventude no programa de desenvolvimento de África e da sua participação eficaz nos debates e nos processos de tomada de decisões sobre o desenvolvimento do continente. A Carta define um quadro para permitir que os responsáveis pela definição de políticas integrem as questões da Juventude em todas as políticas e programas de desenvolvimento. Assim, a Carta prevê uma base jurídica para garantir a presença e a participação da juventude em estruturas governamentais e fóruns a níveis nacional, regional e continental (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p.05).

Pois, a missão de jovens foi definida estrategicamente nesta carta, o que poderia ser útil para a juventude, observando que são majoritárias do continente africano, e ainda, a elaboração deste documento permitirá um engajamento forte da classe juvenil no processo da conscientização e das mudanças positivas na sociedade contemporânea. Entretanto, quando se fala da juventude, percebe-se que muitos se alegam que não têm a preparação e não estão preparados para assumirem uma postura no cenário política e democrático guineense, entretanto, de acordo com o artigo 4º da carta africana da juventude, demonstra que, “todos os jovens têm o direito de exprimir e divulgar livremente as suas ideias e as suas opiniões relativas a quaisquer assuntos, sob reserva das restrições previstas pela lei” (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006, p.16).

Segundo Santos (2002, p.156), “a democracia participativa é importante porque proporciona a cada cidadão a oportunidade de participar na tomada de decisões políticas”. Entretanto, no caso da Guiné-Bissau é diferente, pois, as populações, principalmente a juventude, não são permitidas a exercer seus direitos e nem da liberdade de expressão e da manifestação, como sendo um dos princípios da democracia. Para tanto, segundo a Campanha Global da Educação,

o papel fundamental dos jovens nos principais esforços globais de consolidação da paz e desenvolvimento sustentável foi recentemente consagrado em duas resoluções intergovernamentais mundiais. A primeira resolução, a Resolução A/RES/70/1 da Assembleia das Nações Unidas para 2015, também conhecida como transformar o nosso mundo: a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, se refere diversas vezes aos jovens como um grupo vulnerável que necessita de empoderamento (artigo 23) e que têm direito a um “ambiente propício à plena realização dos seus direitos e capacidades” (artigo 24.º), em especial no que diz respeito à educação de qualidade e às oportunidades de emprego (artigos 14.º, 24.º e 27.º). A segunda, a Resolução 2250 do Conselho de Segurança da ONU, enfatiza a importância da participação dos jovens na promoção e manutenção da paz sustentável. Insta os Estados membros e outros a oferecerem oportunidades para que os jovens participem em todos os níveis (artigo 1), reconhecendo e possibilitando os esforços dos jovens em prol da coesão social, da educação, do emprego e do empreendedorismo [...] (CGE, 2017, p. 01).

Compreendemos um pouco das responsabilidades que os jovens têm na emancipação da sociedade. Com a determinação dos jovens no cenário político, vai permitir que a sociedade compreenda a importância da cidadania e missão da juventude no processo da consolidação de um Estado democrático, permitindo uma participação sólida que poderia contribuir para promoção dos valores sociais num Estado de Direito, entretanto,

a participação significativa da juventude é um direito, e pode ser transformadora para a vida dos jovens, seus ambientes e as decisões que são tomadas sobre eles. Em primeiro lugar, uma participação significativa e inclusiva é uma experiência transformadora para os jovens. A participação na concepção, implementação e monitoramento de projetos e políticas permite que os jovens obtenham novos conhecimentos e habilidades. Integrar os jovens no processo de tomada de decisão promove o seu senso de responsabilidade, responsabilidade e consciência. (CAMPANHA GLOBAL DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 03 e 04).

O Estado tem um papel fundamental em definir as políticas e programas de governo para atender as necessidades da população, sobretudo, jovens com a capacidade e habilidades técnicas para se autossustentarem, sua formação e respeitar os princípios que lhes norteiam. Portanto, “a importância está no fato de esta forma de democracia permitir a expansão da cidadania e a inclusão daqueles que, de outra forma, seriam excluídos dos assuntos da comunidade ou da sociedade como um todo” (SOUZA, 2002, p. 156). É óbvio que os jovens se sentem excluídos no ato governativo, sobretudo por não serem prioritários. Esta preocupação foi manifestada pelos vários líderes das organizações juvenis da Guiné-Bissau.

Pode-se compreender que a insatisfação dos líderes é clara, apresentando as evidências para com elas assumiram uma postura revolucionários no cenário política guineense, entretanto,

de acordo com o Pregrino “[...] ser jovem é ocupar uma posição singular, possibilitada pela escola nas sociedades modernas e urbanas, que aparta o jovem da sociedade, livrando-o temporariamente das responsabilidades da vida adulta” (PREGRINO, 2011, p.282). A juventude neste sentido tem,

a experiência de que suas vozes não só são ouvidas, mas que são levadas a sério no processo de tomada de decisão, aumenta seu desenvolvimento enquanto estados de espírito democráticos. Através de seu engajamento, os jovens aprimoram suas habilidades comunicativas e colaborativas e aprendem a tomar decisões que beneficiem a si mesmos e aos outros ao seu redor. Em segundo lugar, envolver os jovens na tomada de decisões, na implementação e na monitoria da política educativa promove o espírito de voluntariado comunitário, reforçando a coesão social e, sobretudo, combatendo o surgimento da violência e do extremismo que pode ocorrer em situações nas quais as vozes e as necessidades dos jovens de outro modo não são ouvidas. Envolvendo-os positivamente em assuntos que dizem respeito à manutenção ou melhoria de suas realidades vividas, haverá um impacto positivo em suas localidades e sociedades como um todo (CGE, 2017, p. 03 e 04).

Todavia, as manifestações da camada juvenil na sociedade guineense, demonstra o quão estão degradados com a estruturação da classe elite, principalmente na composição dos elencos governamentais, na qual os jovens não são privilegiados nos aparelhos públicos, todavia, “as maiores organizações juvenis da Guiné-Bissau reclamam a inclusão dos jovens na governação do país, afirmando chegar a hora de remanejar essa camada na periferia do sistema político e integrá-la no epicentro do sistema” (GOMES, 2023, p.24), a juventude ocupa uma posição significativa na esfera social, pois, a construção desta posição se dá pelo processo da mobilização e da hierarquização da sociedade, permitindo uma investigação dos factos ocorridos. Deste modo,

[...] a juventude implica o acesso a algumas das dinâmicas fundamentais para a compreensão das sociedades contemporâneas. Estudar as gerações é desvendar os mecanismos pelos quais o poder é “transmitido” de uma geração a outra, com todas as particularidades e singularidades que envolvem tal transmissão em formações sociais específicas (PREGRINO, 2011, p. 276).

Quando se fala do desenvolvimento, seria necessário cumprir com as normas estabelecidas num país, para permitir que os servidores técnicos e industrial produzem nos sectores sociais, que poderia ajudar as populações e principalmente os jovens a usufruir das melhores formas de viver e de combater a pobreza no país, sem a perseguição, raptos e as constantes violações dos direitos humanos que se impõe aos cidadãos.

O protagonismo juvenil é traduzido como forma possível de atuação dos jovens apenas para além das portas da instituição, normalmente em tom

comedido ou moderado, destacando a necessidade dos jovens serem “responsáveis” e conscientes de seus “direitos e deveres”. Esta dificuldade em pensar e praticar a participação dos jovens no interior das instituições que realizam práticas socioeducativas, nem mesmo nos termos moderados do protagonismo juvenil [...] (GROPO, 2018, p. 104).

Entretanto, com a ausência da cidadania num determinado país, a juventude tem um papel fundamental na reativação e na conservação dos princípios da democracia. Portanto,

[...] à imagem do jovem como problema social, destaca-se especialmente o jovem vulnerável e sob “risco” social – considerando seus jovens educandos, ou os dos demais no campo das práticas socioeducativas, menos como sujeitos de direitos ou com capacidade autônoma, e mais como seres potencialmente anômicos, destacados em suas faltas, falhas e perigos (GROPO, 2018, p. 97).

Seria muito bom se a classe juvenil guineense se mobiliza para reconstruir a imagem da juventude, para serem incluídos no sistema sociopolítico da Guiné-Bissau, como uma parte majoritária da população guineense que constitui um grupo muito importante na mudança de paradigma do país, pode-se comprometer o cumprimento dos princípios democráticos.

7. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos traçados neste trabalho, metodologicamente, aborda-se uma pesquisa qualitativa, pois, “preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados” (ZANELLA, 2011, p. 99). Na mesma ótica, a pesquisa qualitativa é uma ferramenta para determinar o que é importante para o pesquisador e porque é importante, enfatiza o Moresi et al, (2003). Ainda, aponta que “o tipo de pesquisa fornece um processo a partir do qual questões-chave são identificadas e perguntas são formuladas, descobrindo o que importa [...]” (MORESI et al, 2003, p. 69).

O presente estudo será executado na Guiné-Bissau, tendo os jovens como público alvo, para compreender o papel e desafios da juventude guineense, no exercício da cidadania e no processo de consolidação ou não de um Estado democrático de direito. Entretanto, os procedimentos que serão utilizados no presente trabalho para coletar os dados, que poderia ajudar em entender a missão da juventude guineense, será adotada uma abordagem bibliográfica e documental, em que,

[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Por isso, consultaremos livros, artigos, dissertações, relatórios, sites e outras plataformas digitais para recolher as informações relacionadas à contribuição da juventude no processo da consolidação de um Estado democrático de direito na Guiné-Bissau.

Na mesma ótica, será realizado entrevistas semiestruturadas com algumas organizações juvenis e alguns líderes da juventude dos 4 (quatro) maiores partidos políticos da Guiné-Bissau, como amostra deste trabalho, todavia, “os passos da coleta de dados incluem estabelecer as fronteiras para o estudo, coletar informações através de observações e entrevistas desestruturadas (ou semi-estruturadas), documentos e materiais visuais, bem como estabelecer o protocolo para registrar informações” (CRESWELL, 2007, p. 189), para nos permitir ter a noção e analisar a participação dos jovens nos espaços da concertação e da tomada de decisão, na esfera política guineense.

Assim, permitiremos a compreender aquilo que é a luta da classe juvenil, sobre as questões sociopolíticas e econômicas no país, em que nos permite conhecer das suas ambições

políticas, observando as suas contribuições a partir das suas participações nos aparelhos administrativos do país, todavia, “uma sociedade democrática tem como base de sustentação a possibilidade de que cada um de seus cidadãos possa conhecer, reivindicar e usufruir de seus direitos e ainda demandar novos direitos, novas propostas, novas formas de se fazer presente” (UNICEF, 2014, p. 07). Para isso, insiste-se em compreender o papel da juventude guineense na promoção de uma cidadania ativa e na consolidação do processo da democratização nos aparelhos do Estado guineense.

As entrevistas serão realizadas de forma presencial e pelas outras plataformas digitais, que vai nos permitir coletar as informações credíveis, que poderiam ajudar na produção deste trabalho científico. Porém, com a implementação deste projeto de pesquisa, vai nos permitir, também, conhecer os principais entraves da participação juvenil nos espaços de concertação e da tomada de decisão, na base de uma investigação junto das instituições públicas e privadas, levando em considerações a missão dos representantes juvenis, na base de um estudo que vai permitir os jovens da alta vulnerabilidade participassem para extrair informações sobre as suas rotinas na sociedade guineense. Nesta ótica, será verificado se a juventude guineense está determinada para (dês) consolidar um Estado democrático de Direito e proporcionar uma cidadania ativa no país.

8. REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel de. **Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: O caso da Guiné-Bissau**. 2011.
- BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.
- CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO (CGE). **O Direito dos Jovens de Participar na Tomada de Decisões: Documento de Informação**. 2017. Disponível em: Acesso em: 8 out. 2023.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. Lusotopie, v. 2, n. 1, 1995.
- CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.
- COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. **Carta Africana da Juventude**. Banjul (Gâmbia), 2006.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Participação cidadã: um direito de adolescentes e jovens**. Brasília, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Justino. O lugar da juventude no processo da democratização e institucionalização do Estado na Guiné-Bissau (1990-2020) [recurso eletrônico] / Justino Gomes. - 2023.
- GROPPO, Luís Antonio. **Juventude e práticas socioeducativas**. Clube de Autores, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), Guiné-Bissau. Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INE, 2009.
- LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: O alegado de Amílcar Cabral**. [tradução Roberto Leal/Fundação Amílcar Cabral]. – São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- MACHADO, Otávio Luiz. **Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares Volume. 2**. 2016.
- MORESI, Eduardo et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, 2003.
- OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; PIMENTA, Melissa de Mattos. **Juventudes e territórios**. 2023.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho, Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais” CPLP & CEDEAO” (1973-2014). 2016.

PEREGRINO, Mônica. **Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda**. Cadernos cedes, v. 31, 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição (1996)**. **Constituição da República da Guiné-Bissau**: Promulgada a 4 de dezembro de 1996.

SÁ, Franklin Gomes Correia de. **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2002.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais**. **Tensões mundiais**, v. 7, n. 13, 2011.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2021.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia**. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 4.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.